
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 27 Número 58

27 de maio de 2019

ISSN 1068-2341

Estratégias de Internacionalização da Educação e do Currículo: Das Universidades aos Territórios da Educação Básica

Juarez da Silva Thiesen

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Brasil

Citação: Thiesen, J. d S. (2019). Estratégias de internacionalização da educação e do currículo: Das universidades aos territórios da Educação Básica. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(59).
<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.3622>

Resumo: A pesquisa da qual resulta o texto tem como objetivo analisar implicações dos movimentos de internacionalização curricular no/do ensino superior sobre atuais políticas e reconfigurações curriculares da Educação Básica, particularmente nos cenários de Brasil e Portugal. Como um dos recortes da investigação mais ampla, organiza-se o presente trabalho no qual se apresenta e discute um conjunto de estratégias que vem sendo formuladas e/ou adotadas pelo estado brasileiro e por organizações não estatais visando alinhar a Educação Superior e os currículos da Educação Básica aos movimentos que se colocam em defesa da internacionalização. Trata-se de um estudo exploratório de base empírica que tem como referência trabalhos de outros pesquisadores e como fontes primárias textos oficiais da política educacional e curricular brasileira, além de projetos de instituições privadas relacionados com internacionalização curricular. Dentre outros aspectos, conclui-se que há um significativo processo de alinhamento da educação brasileira às expectativas e demandas da internacionalização e que várias estratégias adotadas na Educação Superior são readequadas para adoção nos territórios curriculares da Educação Básica.

Palavras-chave: Internacionalização; Estratégias; Currículo; Educação Básica

Strategies for the internationalization of education and curriculum: From universities to territories of basic education

Abstract: The objective of the study is to analyze implications of the movements for the curricular internationalization of higher education in terms of current curriculum policies and reconfigurations of basic education, particularly in Brazil and Portugal. This article presents and discusses a set of strategies that have been formulated and/or adopted by the Brazilian state and by non-state organizations that seek to align higher education and basic education curriculums to movements that defend internationalization. Drawing on previous research, this exploratory and empirical study uses official texts of Brazilian educational and curricular policy, as well as projects of private institutions related to curriculum internationalization, as its primary sources. The article concludes that there is a significant process of alignment of Brazilian education to the expectations and demands of internationalization and that various strategies adopted in higher education are readapted for use in curricular territories of basic education.

Keywords: Internationalization; Strategies; Curriculum; Basic Education

Estrategias de internacionalización de la educación y del currículo: De las universidades a los territorios de la Educación Básica

Resumen: El texto presenta resultados de investigación que tiene como objetivo analizar las implicaciones de los movimientos de internacionalización en/de la Educación Superior sobre las actuales políticas y reconfiguraciones curriculares de la Educación Básica, particularmente en escenarios de Brasil y Portugal. Como uno de los recortes de la investigación más amplia, se organiza el presente trabajo en lo cual se presenta y discute un conjunto de estrategias que vienen siendo formuladas y/o adoptadas por el estado brasileño y por organizaciones no estatales con el objetivo de alinear la Educación Superior y los currículos de la Educación Básica a los movimientos que se plantean en defensa de la internacionalización. Es un estudio exploratorio de base empírica que tiene como referencia trabajos de otros investigadores y como fuentes primarias textos oficiales de la política educativa y curricular brasileña, además de proyectos de instituciones privadas relacionadas con internacionalización curricular. Entre otros aspectos, se concluye que hay un significativo proceso de alineamiento de la educación brasileña a las expectativas y demandas de la internacionalización y que varias estrategias adoptadas en la Educación Superior son readecuadas para la adopción en los territorios curriculares de la Educación Básica.

Palabras-clave: Internacionalización; Estrategias; Currículo; Educación Básica

Introdução

O texto é resultante de pesquisa realizada em estágio pós-doutoral, que tem por objetivo analisar implicações dos movimentos de internacionalização curricular no/do ensino superior sobre as atuais políticas e reconfigurações curriculares da Educação Básica, particularmente nos cenários de Brasil e Portugal.

Como recorte da investigação mais ampla, organiza-se o presente trabalho no qual se apresenta e discute um conjunto de estratégias que vêm sendo adotadas pelo estado brasileiro e por organizações não estatais visando alinhar a Educação Superior e os currículos da Educação Básica aos movimentos que se colocam em defesa da internacionalização.

Tendo em conta haver no Brasil um número significativo de pesquisas dedicadas à discussão e ao aprofundamento da problemática da internacionalização da educação e do currículo na/da Educação Superior e a inexistência de pesquisas que tratam desse mesmo objeto com foco na Educação Básica, definiu-se como propósito no presente trabalho, verificar especialmente o envolvimento desse nível de ensino no movimento.

Trata-se de um estudo exploratório de base empírica que tem como referência e fontes primárias trabalhos de outros pesquisadores¹, textos oficiais da política educacional e curricular brasileira² e projetos de instituições privadas relacionados com internacionalização curricular na Educação Básica. A exploração das fontes documentais é feita por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2009) utilizando-se um conjunto de descritores³ a partir dos quais são extraídas dos referidos documentos marcações que indicam estratégias orientadas nessa perspectiva e respectivos sentidos conceituais atribuídos por seus formuladores.

Do ponto de vista conceitual o texto é ancorado em trabalhos de pesquisadores como: Leask (2009, 2015), Aguiar (2007, 2009), Nogueira (1998, 2004), Morosini (2006), Raby (2007), Knight (1994), Altbach (2001, 2006), além de outros que serviram de referência para artigo anterior no qual explorei as bases conceituais que envolvem a problemática da internacionalização da educação e dos currículos (Thiesen, 2017).

Para a identificação das estratégias formuladas e/ou adotadas pelo estado brasileiro que sinalizam alinhamentos dos currículos da Educação Básica aos movimentos de internacionalização, toma-se como ponto de partida o que pesquisadores apontam em seus trabalhos como principais ações e projetos planejados e/ou adotados nos contextos da Educação Superior - e sobre este quadro, considerando-se, obviamente, as especificidades conceituais e metodológicas, situam-se e contextualizam-se os discursos relacionados a este mesmo aspecto presentes tanto nos textos da

¹ Bases de dados consultadas: Portal de periódicos da CAPES, Banco de teses da CAPES, Portal de periódicos da UFSC, Scielo e outros textos indexados disponibilizados nos ambientes virtuais.

² São consultados os seguintes documentos: i) Lei 9394/96 que fixa “Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB”; ii) Leis 10172/2001 e 13.005/2014 que respectivamente aprovaram os dois últimos Planos Nacionais de Educação; iii) Pareceres e resoluções que fixaram e aprovaram Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e suas modalidades; v) Editais do Programa Licenciaturas Internacionais - PLI; vi) Leis que aprovaram os programas de avaliação externa para a Educação Básica brasileira, particularmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e a Prova Brasil; vii) Programas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES dirigidos à Educação Básica; viii) Projetos pedagógicos das chamadas Escolas Internacionais.

³ São descritores: internacionalização, internacionalização da educação, internacionalização do currículo, currículo internacional, educação internacional, currículo internacionalizado, padrões internacionais, exigências internacionais, avaliação internacional.

política educacional e curricular brasileira quanto em ações formuladas por instituições privadas com esta mesma perspectiva.

Opera-se com o pressuposto que as racionalidades assumidas pelos formuladores da política, sobretudo em escalas global ou regionais são similares, tanto na Educação Superior quanto na Básica, especialmente no que se refere às estratégias educacionais para alcance de finalidades sociais mais amplas.

Em revisão da literatura feita para identificar as estratégias adotadas na perspectiva da internacionalização, constatou-se que os estudos sobre a problemática produzidos no contexto brasileiro, não obstante tratem predominantemente do envolvimento da Educação Superior nesse movimento, seus objetos de análise são bastante diversificados, razão pela qual se mostra inicialmente um breve panorama desse quadro investigativo, em seguida se apresenta um conjunto de estratégias, envolvendo os dois níveis de ensino tendo em conta tanto as indicadas na literatura, quanto as extraídas dos documentos oficiais e projetos da iniciativa privada, para finalmente apontar-se o envolvimento da Educação Básica no movimento.

O que se Pesquisa e Discute sobre a Problemática da Internacionalização da Educação e dos Currículos em Contexto Brasileiro

Em sintonia com o que ocorre em nível global, o estado brasileiro e as instituições de Educação Superior (IES) vêm, nos últimos anos, construindo um forte movimento com vistas ao ajustamento de suas instituições de educação aos requerimentos e demandas da chamada internacionalização da educação e dos currículos. Em ritmo semelhante, cresce o número de pesquisas que procuram entender e analisar esse fenômeno com recortes e pontos de vista distintos.

Assim, com o propósito de situar o contexto no qual as estratégias de alinhamento são formuladas e/ou adotadas, mostra-se a seguir um breve panorama sobre o que vem constituindo objeto de estudo dos pesquisadores, com destaque às ênfases que assumem em suas respectivas análises⁴.

Nos trabalhos dedicados a apresentar e discutir a *internacionalização por intermédio dos programas oficiais* destaca-se o envolvimento do Brasil nas redes internacionais e o acolhimento das instituições aos requerimentos dos organismos transnacionais. Atribuem ênfase aos programas oficiais, notadamente as iniciativas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) relacionados à mobilidade, a exemplo do que foi o programa *Ciência sem Fronteiras*, *Programa de Licenciaturas Internacionais* e são os intercâmbios. Faz-se referência, também, às iniciativas de criação e implantação das universidades de integração regional e a celebração de acordos de cooperação horizontal. As análises reafirmam a condição brasileira de realizar um movimento de internacionalização em expansão, porém, do tipo passiva, dado que o país investe esforços predominantemente na saída de estudantes e docentes, com baixo grau de reciprocidade em termos de mobilidade e cooperação horizontal (Chaves, 2015; Lage, 2015; Oliveira, 2015; Silva 2014).

Sobre *estudos realizados no estrangeiro ou internacionalização de estudos no Brasil*, acentuam-se as primeiras iniciativas de internacionalização na Pós-Graduação com participação da CAPES e CNPq. Os autores afirmam tratar-se de uma tendência contemporânea que mobiliza os diferentes graus de ensino como estratégia educativa de classes sociais mais favorecidas, notadamente das elites nas

⁴ Os trabalhos que dão ênfase ao tema das estratégias serão tratados no tópico seguinte quando se apresenta um quadro envolvendo aspectos sobre a temática.

primeiras fases e agora envolvendo também a classe média. Neste âmbito, ganham destaque as chamadas escolas internacionais – especialmente aquelas que oferecem *International Baccalaureate* (Bacharelado Internacional; Amorin, 2012; Nogueira, 1998).

Os textos dedicados à *análise das implicações dos movimentos de internacionalização das políticas educacionais e curriculares*, afirmam, em geral, duas distintas posições políticas - uma que faz a crítica aos movimentos denunciando suas estratégias econômicas de fundo como a manutenção dos universalismos centrais, a produção de um novo colonialismo e de um capitalismo acadêmico. E outra, menos destacada, que associa a internacionalização a uma perspectiva real de aprimoramento da qualidade, da pertinência e da relevância do ensino e da pesquisa, objetivo acadêmico central da internacionalização. As pesquisas de filiação crítica associam a internacionalização aos contextos de globalização e acentuam as fortes influências dos organismos multilaterais, especialmente sobre os países periféricos, e advertem sobre os riscos do processo se as estratégias não forem cautelosamente pensadas e formuladas. Os que defendem os movimentos de internacionalização, o fazem argumentado em favor de uma internacionalização curricular alternativa, legitimamente voltada para a melhoria da qualidade, para a resolução de problemas concretos das realidades locais, em vista dos efetivos interesses de desenvolvimento e autonomia dos indivíduos (Leal & Moraes, 2016; Libâneo 2012, 2014; Sudbrack & Negro, 2016).

Nos textos que tratam sobre *internacionalização dos Institutos Federais de Educação*, encontram-se enfoques visivelmente positivos acerca do movimento. Fica evidente que a internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional, ainda em fase embrionária, envolve iniciativas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) conjuntamente ao Ministério da Educação (MEC) e suas respectivas instituições de pesquisa e fomento. As principais estratégias apontadas pelos autores são os acordos de cooperação específicos entre as instituições brasileiras e estrangeiras e o envolvimento das instituições nos programas oficiais do Estado (Del Maestro, 2013; Ferrari, 2015).

Sobre *internacionalização e o processo de Bolonha (PB)*, os enfoques giram em torno de aspectos como: caracterização histórica e política do PB; possíveis associações ou comparações entre os modelos europeu e brasileiro de Educação Superior; os espaços da gestão e da autonomia universitária frente aos requerimentos do PB e da União Europeia; os vínculos do PB com os grandes interesses do mercado e da recuperação do espaço europeu em termos de competição global e internacionalização e, ainda, as implicações do PB sobre a Educação Superior Brasileira. Os pesquisadores chamam a atenção para as questões de fundo que mobilizam este processo, advertindo sobre os riscos de uma internacionalização de base mercadológica (Bianchetti & Magalhães, 2015; Teixeira & Oliveira, 2012; Wielewicki & Oliveira, 2010).

Os estudos que discutem *internacionalização nas/das áreas de conhecimento*, dedicam-se a analisar modelos curriculares mais internacionalizados como é o caso da Europa e dos EUA em comparação com os currículos dos cursos brasileiros, além de discutir a presença das áreas de conhecimento nos programas formulados e implantados pela CAPES, a exemplo do que foram as *Licenciaturas Internacionais* e a formação continuada de professores em contextos de internacionalização. São, em geral, abordagens pontuais de caráter empírico-descritivas (Dudziak, 2010; Feitosa, 2007; Moreira e Rosa, 2015).

Trabalhos que analisam *motivações, desafios e perspectivas da internacionalização*, ocupam-se em apontar as fragilidades do sistema educacional brasileiro, a incipiente institucionalização nos processos de internacionalização e sua condição de ser um país passivo no contexto global. Os autores listam um conjunto de motivações de ordem acadêmica, política e econômica. Atribuem destaque à inserção internacional de alguns programas de pós-graduação *stricto sensu*, o incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas, a integração regional de caráter inclusivo, o diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos, além da captação de estudantes em algumas áreas e níveis de ensino. Como desafios, afirmam que a prioridade reside em investimentos internos

canalizados para a implementação de uma política de internacionalização mais ativa. Como perspectivas de futuro, reconhecem o esforço que vinha sendo feito pelo estado brasileiro em instituir projetos e programas nessa direção, notadamente a criação de novas universidades de integração regional, programas de mobilidade, expansão do número de bolsas, acordos de cooperação horizontal, etc. Há, nos textos, presente preocupação com os riscos da internacionalização de motivação econômica que subsuma possibilidades de valorização do acadêmico e dos multiculturalismos locais e emancipatórios (Lima & Contel, 2011; Morosini, 2014; Sudbrack & Nogar, 2016).

Pesquisas sobre *estudos e experiências internacionais em casa*, afirmam que as principais motivações são, entre outras, a valorização da dimensão internacional do capital cultural, a rentabilidade dos investimentos culturais ligados ao internacional e as possibilidades de inserção profissional e social dos sujeitos, além da importância do capital linguístico. Aguiar (2008), por exemplo, afirma que pais de estudantes com esta experiência, vêem o contato com estrangeiros ou com a cultura das nações desenvolvidas um signo de excelência, pois proporciona ganhos sociais e simbólicos, expressos em disposições que distinguem seus portadores daqueles que permanecem confinados ao nacional. Os trabalhos, em geral, analisam as experiências das chamadas escolas internacionais, a expansão dos intercâmbios, da mobilidade estudantil e as experiências de graduação e pós-graduação feitas, em parte, no estrangeiro (Aguiar, 2007, 2008; Amorim 2012; Nogueira, Aguiar & Ramos, 2008).

Sobre as expectativas de *expansão da internacionalização na Educação Superior* os autores destacam aspectos sobre o relativo crescimento dos indicadores e apontam que a internacionalização da Educação Superior no horizonte dos próximos anos deve estar apta a aprofundar as ações em curso, ampliar as estratégias e alargar as atividades que possam envolver estudantes, professores e pesquisadores de todas as áreas. Citam como principal instrumento de planejamento brasileiro o PNPG 2011-2020 - Plano Nacional de Pós-Graduação (Maués, 2015; Tavares, Rubin-Oliveira & Pizarico, 2016).

O recorte *internacionalização e mobilidade estudantil e de docentes* é tratado pelos pesquisadores acentuando-se a forte expansão dos índices de emissão de estudantes ao exterior alcançados na última década, especialmente pela implantação do programa *Ciência sem Fronteiras* e pelas diferentes formas de intercâmbio. Registrou-se, segundo eles, um movimento estatal no Brasil nunca antes presenciado, que favoreceu a mobilidade estudantil, especialmente para países desenvolvidos. Nos textos, chama-se a atenção para a posição periférica que assumem a América Latina em geral e o Brasil em particular, sobretudo em relação a discrepância entre o número de estudantes que enviam ao exterior e os que recebem (Castro & Cabral Neto, 2012; Cunha & Reschke, 2016).

No que se refere aos aspectos sobre *internacionalização e formação de professores*, destacam-se, nos textos, programas que foram implantados pela CAPES, em especial o de Licenciaturas Internacionais- PLI que visou a colaboração interinstitucional de mobilidade acadêmica de dupla titulação, inspirado na flexibilização curricular pela transferência de créditos conforme estabelecido, no contexto da internacionalização, pelo PB. O PLI foi financiado pela CAPES e destinado à formação de professores em diversas áreas de formação. Os trabalhos que discutem este recorte são de natureza empírica e interpretam indicadores, processos e resultados do programa (Nascimento & Castro, 2016; Souza, 2016; Souza & Palafox, 2016).

Sobre *internacionalização na/ da produção do conhecimento*, os textos enfatizam principalmente os índices de produção de pesquisa, a quantidade de programas de pós-graduação que alcançam níveis internacionais, a formação de profissionais docentes no exterior ou com experiências do tipo sanduíche com reconhecimento de créditos e a produção conjunta de conhecimento na pesquisa. Destacam ainda a difusão, a colaboração e o impacto internacional da pesquisa brasileira e seus reflexos sobre as possibilidades de ampliação da projeção da ciência brasileira no meio científico internacional. Dentre os desafios dos países periféricos em relação à internacionalização, apontam o

de vencer obstáculos linguísticos e as barreiras culturais para obter maior reconhecimento (Dal-Soto et al., 2014; Fiorin, 2007; Santin, Vanz e Stumpf, 2016).

Estratégias de Internacionalização na/da Educação Superior Apontadas em Pesquisas Produzidas sobre Contextos de Brasil

Dentre os objetos que têm recebido atenção por parte dos pesquisadores que investigam internacionalização da educação e dos currículos, encontra-se o relacionado com as estratégias que vem sendo formuladas e/ou adotadas pelo Estado brasileiro e organizações não estatais visando alinhar a educação às demandas desse movimento global. Morosini e Corte (2018, p. 101), no mapeamento que fizeram em teses e dissertações para identificar tendências da internacionalização, incluem a questão das estratégias como “um dos elementos constitutivos da expansão da internacionalização da educação superior nas produções científicas disponíveis no período de 2012 a 2016”. Embora seja significativo o volume de trabalhos que de modo direto ou indireto abordam o tema das estratégias, verifica-se a ausência de seu tratamento de modo mais orgânico e sistemático, tarefa que se propõe elaborar nesse tópico do texto.

Em Aguiar (2009) e Trigo (1998), busca-se o conceito de *estratégia*, entendida como linha de ação objetivamente orientada, que os agentes sociais constituem continuamente em sua prática e que se definem no encontro entre suas disposições e uma conjuntura particular de cada campo. Ou, ainda, ação orientada para determinados fins que podem, ou não ser os subjetivamente almejados. No âmbito particular deste trabalho, considera-se estratégia, a proposição institucionalizada de ações com vistas a alinhar determinados processos educativos na direção de objetivos e metas formuladas em horizontes e contextos mais amplos.

A exploração feita às fontes de referência para identificar as estratégias formuladas ou efetivadas na direção do atendimento às demandas da internacionalização permitiu organizá-las por uma classificação em grupos a partir de dois aspectos gerais: i) em relação aos contextos nos quais se originam as motivações que induzem estratégias e, ii) em relação a natureza de suas temáticas.

Consideraram-se contextos nos quais se originam as motivações: o espaço transnacional europeu, o ambiente das políticas educacionais e curriculares do estado brasileiro, o espaço das instituições públicas e privadas de educação superior e básica e os espaços singulares dos sujeitos e de seus coletivos. Como temáticas, foram incluídas: a mobilidade, a integração regional, as normativas oficiais, o planejamento institucional, a cooperação internacional, a capacitação e a qualificação profissional.

Tendo em conta que determinadas estratégias são replicadas em distintas escalas da global à local, reservado, obviamente, a natureza de suas especificidades e propósitos, opta-se por apresentá-las no modo de uma tabela, considerando-se a classificação apontada anteriormente. Assim, nas colunas indicam-se os contextos predominantes das motivações, de modo que ‘cp’ indica contexto predominante e ‘cs’ contexto secundário e nas linhas - suas naturezas temáticas. Para a definição da predominância foi utilizado o critério de distribuição de frequência que agrupa dados por classe de ocorrência.

Tabela 1

Classificação das estratégias por grupos quanto à origem e natureza temática

| Estratégias Contextos/ Naturezas temáticas | Espaço transnacional europeu | Ambiente das políticas oficiais brasileiras | Ambiente das instituições Públicas de Educação Superior brasileiras | Espaço das instituições Privadas de educação | Ambiente das iniciativas individuais |
|---|---------------------------------|--|---|---|---|
| Relacionadas predominantemente com mobilidade | | | | | |
| Programas de apoio à mobilidade de estudantes e docentes a exemplo do que propõe o CsF - <i>Ciência sem Fronteiras</i> . | cs | cp | cs | | |
| Programas de estímulo à mobilidade de pesquisadores inseridos em projetos internacionais de pesquisa, nos quais o Brasil tem participação. | cs | cp | cs | | |
| Criação de oportunidades de mobilidade, ainda que de curta duração, para os estudantes locais, com apoio à participação em eventos no exterior, por exemplo. | | cs | cp | cs | |
| Programas de incentivo para estudantes se movem por iniciativa própria – <i>free-movers</i> , para realização de estudos no estrangeiro, a exemplo do que fazem famílias com filhos em escolas internacionais | | | cs | cp | cs |
| Programas acadêmicos que apóiam a recepção de estudantes e docentes do exterior para atividades de ensino e/ou pesquisa. | | | cp | cs | |
| Programas institucionais e iniciativas individuais de intercâmbio, a exemplo dos chamados <i>high school</i> | | | cs | cp | cs |
| Programas de bolsas de órgãos de fomento como CAPES e CNPq para formação <i>stricto sensu</i> (doutorado sanduíche, doutorado pleno, pós-doutorado), treinamento de especialistas, etc. | | cp | cs | | |
| Programa de apoio à mobilidade para formação docente, a exemplo do PLI – Programa de Licenciaturas Internacionais. | | cp | cs | | |
| Relacionadas predominantemente com processos políticos de integração regional | | | | | |
| Formulação de agendas e protocolos resultantes de diálogos internacionais nos vários setores, incluindo a educação, visando abertura de sistemas e instituições à internacionalização. | cp | cs | | | |
| Programas de financiamento da União Europeia, no contexto do Processo de Bolonha, visando o recrutamento de estudantes e docentes. | cp | cs | | | |
| Estabelecimento e generalização de sistemas de transferência e acumulação de créditos acadêmicos - ECTS, como opera o Processo de Bolonha no Espaço Europeu de Educação Superior - EEES. | cp | cs | | | |
| Implementação inicial do chamado Mecanismo Experimental de Acreditação de Carreiras para o Reconhecimento de Títulos de Grau Universitário - MEXA - no âmbito do MERCOSUL | cp | cs | cs | | |

Estratégias*Contextos/**Naturezas temáticas*

| | Espaço transnacional europeu | Ambiente das políticas oficiais brasileiras | Ambiente das instituições Públicas de Educação Superior brasileiras | Espaço das instituições Privadas de educação | Ambiente das iniciativas individuais |
|---|------------------------------|---|---|--|--------------------------------------|
| Relacionadas predominantemente com medidas normativas do Estado | | | | | |
| Remoção de obstáculos normativos à mobilidade de estudantes e docentes. | | cp | cs | | |
| Criação e/ou aperfeiçoamento de métricas nos processos de internacionalização. | cp | cs | | | |
| Alterações legislativas que permitam a criação de campus e cursos no estrangeiro. | | cp | cs | | |
| Flexibilização de currículos com aproveitamento de créditos em escala regional a exemplo do que fazem a União Europeia pelo Processo de Bolonha e o MERCOSUL - em fase inicial. | cp | cs | | | |
| Implantação de reformas curriculares que facilitem o reconhecimento dos períodos de estudo no exterior bem como dos graus estrangeiros. | cs | cp | cs | | |
| Institucionalização da internacionalização na rede pública de ensino superior, por meio de normativas envolvendo órgãos oficiais como CAPES, CNPq, FINEP, e outros. | | cp | cs | | |
| Criação de Universidades de integração regional, a exemplo da UNILA, UNILAB, UFFS e UNIAM ⁵ . | | cp | cs | | |
| Programas de estímulo à expansão do sistema de Educação Superior a exemplo do PROUNI (Universidade para todos), do REUNI (Reestruturação e expansão das Universidades Federais) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). | | cp | cs | | |
| Incremento nos investimentos em ciência e tecnologia e inovação com vistas a internacionalização das instituições brasileiras. | cs | cp | cs | | |
| O conjunto de ações contempladas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011-2020), visando a internacionalização da Pós-Graduação brasileira. | | cp | cs | cs | |
| Relacionados predominantemente com iniciativas das instituições educacionais | | | | | |
| Novas abordagens pedagógicas no ensino e aprendizagem com vistas à internacionalização dos currículos. | | | cp | cs | |
| Fortalecimento dos processos de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil, a exemplo do que propõe a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). | | cs | cp | | |

⁵ UNILA: Universidade Federal da Integração Latino-Americana; UNILAB: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul; UNIAM: Universidade de Integração da Amazônia.

Estratégias*Contextos/**Naturezas temáticas*

| | Espaço transnacional europeu | Ambiente das políticas oficiais brasileiras | Ambiente das instituições Públicas de Educação Superior brasileiras | Espaço das instituições Privadas de educação | Ambiente das iniciativas individuais |
|---|------------------------------|---|---|--|--------------------------------------|
| Relacionados predominantemente com iniciativas das instituições educacionais | | | | | |
| Criação das chamadas escolas internacionais como oferta diferenciada de ensino na Educação Básica | | | | cp | |
| Redesenhos e adequações nas matrizes curriculares dos cursos, tanto na Educação Superior quanto na Básica. | | | cp | cs | |
| Internacionalização de programas de pós-graduação por adesão aos mecanismos de avaliação externa. | | | cp | cs | |
| Reforço curricular das competências internacionais dos estudantes, especialmente as interculturais e linguísticas. | | | cp | cs | |
| Relacionadas com cooperação nos modelos clássico ou horizontal | | | | | |
| Formulação e desenvolvimento de programas de estudo em colaboração e/ou parcerias internacionais. | cs | cp | cs | | |
| Internacionalização do ensino profissional e tecnológico ou vocacional via acordos de cooperação bilateral. | | cs | cp | cs | |
| Criação de associações e/ou redes internacionais de pesquisa no âmbito da ciência da tecnologia e da inovação em interfaces com a educação. | cs | cp | cs | | |
| Criação e fortalecimento de parcerias internacionais visando captação de financiamento para pesquisas. | | cp | cs | cs | |
| Criação e desenvolvimento de programas bilaterais de financiamento dedicados à melhoria das parcerias institucionais, incluindo consórcios de pesquisa, redes globais de pesquisa e atividades de ensino. | cs | cp | cs | cs | |
| Estruturação de parcerias internacionais envolvendo laboratórios virtuais institucionais. | | cs | cp | cs | |
| Criação de associações visando a pauta da internacionalização envolvendo instituições públicas e privadas de Educação Superior, a exemplo da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) e Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). | cs | cp | cs | cs | |
| Relacionadas com capacitação ou qualificação | | | | | |
| Oferta de formação inicial e continuada bilíngüe ou em língua estrangeira por instituições brasileiras | | cs | cp | cs | |
| Oferta de formação inicial e continuada bilíngüe ou em língua estrangeira por intermédio de programas internacionais conjuntos. | | cs | cp | | |
| Capacitação de profissionais técnicos nas áreas de qualidade e apoio ao desenvolvimento de quadros de referência de qualificações visando o alcance de padrões internacionais. | cs | cs | cp | | |

Estratégias

Contextos/

Naturezas temáticas

| | Espaço transnacional europeu | Ambiente das políticas oficiais brasileiras | Ambiente das instituições Públicas de Educação Superior brasileiras | Espaço das instituições Privadas de educação | Ambiente das iniciativas individuais |
|--|------------------------------|---|---|--|--------------------------------------|
| Relacionadas com capacitação ou qualificação | | | | | |
| Conscientização de líderes e gestores educacionais e acadêmicos sobre a importância da internacionalização e sobre formulação de estratégias institucionais. | | cs | cp | cs | |
| Uso das tecnologias de comunicação e informação em projetos, programas, pautas e agendas de internacionalização. | cs | cp | cs | cs | |
| Apoio a eventos científicos internacionais no país e no exterior | | cs | cp | cs | |
| Aperfeiçoamento dos quadros de gestão com vistas à elevação dos padrões de qualidade e alcance internacional. | | cs | cp | cs | |
| Promoção de ofertas de formação continuada por intermédio de projetos específicos a exemplo dos apoiados pela CAPES. | | cp | cs | cs | |
| Comercialização de consultorias especializadas na criação de instituições, programas, cursos e currículos com foco na internacionalização. | | | cs | cp | |
| Criação e implantação de programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCENCIA) os quais estimulam processos de integração interinstitucional com algum alcance internacional. | | cp | cs | cs | |
| Relacionadas com pesquisa e produção de conhecimento | | | | | |
| Apoio institucional à elevação dos índices na produção e publicação de artigos em revistas de circulação internacional. | | cs | cp | | |
| Programas de apoio à expansão da produção científica internacional conjunta a exemplo do que fazem a CAPES e o CNPq | | cp | cs | | |
| Projetos de colaboração internacional por meio da mobilidade de pesquisadores inseridos em projetos de pesquisa conjunta, a exemplo dos apoiados pela CAPES e CNPq | | cp | cs | | |

Fonte: Trabalhos de autores citados na seção 1, acrescido de Aguiar (2009); Prazeres (2015); Bezerra (2012) e Stallivieri (2004).

Estratégias Relacionadas com Demandas da Internacionalização Presentes nos Textos da Política Educacional e Curricular e em Ações de Instituições Privadas, Direcionadas à Educação Básica Brasileira

É comum verificar-se em estudos científicos que investigam a problemática das políticas educacionais e curriculares em distintas escalas, afirmações que apontam a existência de interfaces cada vez mais evidentes entre o que vem sendo proposto pelos *policy makers* como alternativas tanto

para a Educação Superior quanto para a Educação Básica, sobretudo no que se refere aos seus propósitos sociais mais amplos. Ambos os níveis de formação, reservados suas especificidades, estão dia a dia mais submetidos ao conjunto das influências globais – forças viajantes que por vários meios alcançam territórios microscópicos como os das escolas, por exemplo.

Silva Junior, Lucena e Ferreira (2011), destacam a intensidade desta relação ao afirmarem que as racionalidades são similares. Eles analisam a área de educação e particularmente a da formação de professores e afirmam que tanto o Ensino Médio quanto a Educação Superior caminham na direção da profissionalização instrumental e da privatização, ambos servindo-se da pedagogia das competências como base teórica - num evidente alinhamento às reformas neoliberais do aparelho de Estado.

É, pois, assumindo-se a existência dessa relação de fundo ideológico, econômico e político, que destacam-se as estratégias de internacionalização da educação e do currículo, as quais, por mecanismos variados, vão alcançando os territórios das políticas para a Educação Básica brasileira. O levantamento é feito por via da exploração de marcações indicativas desta perspectiva nos textos da política educacional e curricular considerando-se os descritores listados na p.1, em associação com a tabela 1 - das estratégias, apresentadas na seção anterior.

Assim, inicialmente listam-se sinalizações presentes nos textos da legislação que atualmente define e orienta a política educacional brasileira, em seguida exploraram-se as marcações de textos contendo diretrizes curriculares nacionais e outros programas oficiais especialmente os relacionados com formação de professores e finalmente destacam-se ações de instituições privadas formuladas com essa mesma perspectiva.

O que Sinaliza a Legislação Nacional em Relação às Demandas da Internacionalização

Neste âmbito, tomo como fontes o texto da Lei 9394/96 que fixa ‘Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB’; das Leis 10.172/2001 e 13.005/2014 que respectivamente aprovaram os dois últimos Planos Nacionais de Educação e das normas que estabelecem os programas de avaliação externa para a Educação Básica brasileira, notadamente o IDEB, o ENEM e a Prova Brasil.

No *texto da LDB*, sobre esse aspecto, encontra-se apenas a indicação de abertura para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras, estabelecendo-se que para isso se respeitem os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação (art. 48) e o estabelecimento do prazo de um ano a partir da publicação da referida lei para que a União encaminhe ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação com diretrizes e metas para os dez anos seguintes em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (art.87). Não se acha no texto nenhum outro ponto que indique aproximação ou alinhamento com demandas de contexto supranacional.

No texto do *Plano Nacional de Educação 2001-2010* não há qualquer indicativo relacionado com demandas ou estratégias de internacionalização. Entretanto, no PNE 2014-2024, entre suas 20 metas, três são estratégias evidentes de internacionalização. Na meta 12.12 lê-se: Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior. [...]. Na meta 13.7: Fomentar a formação de consórcios entre IES públicas, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão [...]. Na meta 14.9: Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (PNE, 2014).

Nos *programas de avaliação externa*, particularmente o IDEB e a Prova Brasil, ambos estabelecidos pelo Decreto n. 6.094, de 24/04/2007 que instituiu o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, e o ENEM, criado pela Portaria MEC 438 de 28 de maio de 1998, não há marcações de sinalizem relação direta com as demandas da internacionalização, ainda que o INEP afirme a existência de relação entre o IDEB e o PISA⁶, este último, uma clara estratégia de âmbito internacional.

O que Sinalizam os Textos de Diretrizes Curriculares e Programas Oficiais

Nesse âmbito, tomo como fontes os pareceres e resoluções que fixaram Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e suas modalidades⁷ e editais da CAPES relacionados com formação de professores em contexto de internacionalização. No que tange às diretrizes, retoma-se resultados de mapeamento realizado para esta mesma pesquisa e socializado em outro texto (Thiesen, 2017). Neles, constata-se a presença de várias marcações indicando haver relação

⁶ Para o INEP, “O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso "Todos pela Educação", eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação fomentado pelo Ministério da Educação. Nesse âmbito se enquadra a ideia das metas intermediárias para o Ideb. O objetivo é alcançar a média de 6,0 em 2022 – período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência. Para isso, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, visando reduzir a desigualdade educacional. A definição de uma meta nacional para o Ideb em 6,0 significa dizer que, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o país deve atingir em 2021 o nível de qualidade educacional médio dos países membros da OCDE observado atualmente, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação). Essa comparação internacional foi possível devido à compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no Pisa e no Saeb”. (grifos meus) (INEP, <http://portal.inep.gov.br/pisa-e-o-ideb>)

⁷ Os documentos oficiais que serviram de fonte primária para a pesquisa integram o texto *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica* (2003) dentre eles: Parecer CNE/CEB 7/2010 de 07.04.2010 e Resolução 04, de 13.07.2010 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Parecer CNE/CEB 11/2010 e Resolução 7, de 14.12.2010 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Parecer CNE/CEB 5/2011 e Resolução 2, de 30.01.2012 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médi. Parecer CNE/CEB N° 14/2011 e Resolução 3 de 16.05.2012 que fixam diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância. Parecer CNE/CEB 11/2012 e Resolução 6, de 20.09.2012 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer 36/2001 de 04.12.2001 e Resolução CNE/CEB 1 de 03.04.2002 que fixam Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Parecer 20/2009 e Resolução n° 5, de 17.12.2009 que fixam diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Parecer CNE/CEB 4/2010 e Resolução 2, de 19.05.2010 que fixam Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Parecer CNE/CEB 13/2012 e Resolução 5 de 22.06.2012 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Parecer CNE/CEB 16 de 05.06.2012 e Resolução 8, de 20.11.2012 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parecer CNE/CP 003/2004 e Resolução 1, de 17.06.2004 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CEB N° 13/2009 e Resolução n° 4, de 2.10.2009 que fixam diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Parecer CNE/CP 8/2012 e Resolução 1, de 30.05.2012 que fixam Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Parecer CNE/CP 14/2012 e Resolução 2, de 15.06.2012 que fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Parecer CNE/CP 28/2001 de 02.10.2001. 2. Base Nacional Comum Curricular, 3ª versão (2017).

entre a política curricular prescrita aos sistemas de ensino e demandas da internacionalização, inclusive com a sinalização de estratégias.

Nos referidos documentos oficiais as indicações mais gerais aparecem traduzidas em discursos como: i) reconhecimento da existência de contextos, demandas e expectativas internacionais especialmente no que se refere ao alcance mínimos de resultados escolares em relação aos padrões internacionais, ii) preocupação com efeitos e implicações das exigências internacionais, notadamente em relação a resultados nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, iv) necessidade de garantia de direitos e obrigações em relação aos compromissos firmados em acordos, pactos e/ou convenções internacionais, v) inclusão de conteúdos curriculares que atendam aos requerimentos e padrões internacionais, especialmente ampliação de espaço para línguas estrangeiras e, vi) busca por acesso e participação de escolas e professores nas redes e projetos sociais que circulem em escala internacional ou transnacional (Thiesen, 2017).

No tocante as estratégias, verificam-se nos textos proposições como: i) fortalecimento de processos de avaliação externa em vista de padrões exigidos internacionalmente; ii) inclusão de conteúdos de conhecimentos nos currículos que contribuam com a elevação dos índices de qualidade das aprendizagens as escolas, cujos padrões são estabelecidos internacionalmente; iii) valorização do desenvolvimento de competências nos percursos da formação, aspecto este notadamente marcado no texto em discussão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC; iv) inclusão, nos currículos, de conteúdos e concepções resultantes de acordos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em áreas como educação de adultos, direitos humanos e educação ambiental; d) criação e/ou fortalecimento da participação das escolas em redes e projetos educativos e sociais que circulem em escala internacional; e) ampliação das áreas de língua estrangeira moderna, notadamente o espanhol e o inglês nos currículos das redes de ensino.

Ainda no que tange a política oficial, são mobilizadas outras estratégias na perspectiva da internacionalização por meio de editais de programas dos órgãos de fomento, especialmente pela CAPES - ligada diretamente ao MEC. Desde a instituição de suas novas competências pela Lei 11.502/2007, quando passou a responsabilizar-se pela formulação e coordenação da política nacional de formação de professores para a Educação Básica, a CAPES converteu-se em órgão de fomento também para este nível de ensino, atuando sobre a qualificação de docentes e estudantes de licenciaturas em contextos ou perspectivas de internacionalização. Mesmo sendo incipiente em relação às demandas de formação de professores esta é a mais evidente estratégia do estado brasileiro para colocar os processos de formação de educadores da Educação Básica na rota da internacionalização.

Articuladamente com as ações da Educação Superior, a CAPES recentemente desenvolveu programas em parcerias internacionais para a Educação Básica, com destaque às *Licenciaturas Internacionais* que envolveram a participação de Portugal com dez universidades e França com duas, entre 2009 e 2015. Além desta estratégia, foram materializados outros programas de formação, a exemplo dos que lista Souza (2016): o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa (PDPI) em parceria com os EUA; de Física (PDPFís) com a Suíça; o de Alemão (PDPA) com Alemanha e Áustria; o de Matemática (PDPM) com a França; e o de Francês (PDPF) em parceria com a França. Além destes, o programa Professor Assistente de Língua Portuguesa nos EUA (FLTA), o Programa de Ensino de Inglês como uma Língua Estrangeira (IOE) em parceria com a Inglaterra e o Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores em Portugal (PDPP).

Projetos de Instituições Privadas Relacionados com Internacionalização na Educação Básica

No conjunto das estratégias educativas que vem se apresentando no Brasil e, portanto, acompanhando o contexto educacional mundial está a criação, pela iniciativa privada, das chamadas Escolas Internacionais e/ou bilingües. Schutz (2014), em levantamento que realizou neste mesmo ano, listou um total de 30 unidades espalhadas pelo país. Moura (2017) identificou, em 2015, 35 escolas internacionais e Vicentin (2015) informa que no Brasil, há 20 escolas autorizadas a fornecer o diploma *International Baccalaureate* (IB) e que este número vem crescendo.

Os números não são oficiais porque o INEP não inclui esta tipologia de escola nas estatísticas dos censos escolares anuais que realiza. É possível, no entanto, saber que estas dezenas de escolas internacionais e bilingües formam parte das 40.104 (ou 21,55%) instituições privadas, dentre as 186,1 mil unidades de Educação Básica do país, conforme dados de 2016. (INEP, 2016).

Na organização curricular e pedagógica diferenciada que as Escolas Internacionais dizem oferecer estão: a exigência de professores com domínio de idiomas estrangeiros especialmente ao(s) que a instituição opcionalmente se vincula, a oferta de jornada ampliada, algumas delas alcançando turno integral, a ampliação da carga horária de línguas estrangeiras com imersão total em algumas atividades, desenvolvimento de atividades complementares nas áreas culturais, desportivas e artísticas, valorização das ciências em geral, realização de viagens como atividades curriculares, flexibilização curricular com certificação compartilhada internacionalmente, etc. Notadamente, o aspecto com maior visibilidade presente nas propostas dessa tipologia de escola é a oferta do diploma *International Baccalaureate* (IB), o que sinaliza que esta estratégia constitui diferencial para a internacionalização neste nível de ensino na esfera privada de Educação Básica. Destaque-se que o IB tem sido porta de entrada para os projetos de criação de Escolas Internacionais, especialmente de unidades associadas às chamadas Redes Internacionais de Gerenciamento, fundações privadas que se espalham pelo planeta controlando tanto a oferta de credenciamentos quanto do referido diploma.

Considerações Finais

O exercício de pesquisa feito com o propósito de identificar estratégias mobilizadas pelo estado brasileiro e pela iniciativa privada com vistas a alinhar o currículo das instituições de Educação Superior e Básica aos requerimentos, expectativas e demandas da internacionalização, revela evidências de movimentos institucionais que se intensificam nessa direção. Os elementos textuais colhidos nos documentos, somado às análises feitas em relação a esta mesma problemática por outros pesquisadores, permitem a afirmação que a Educação Básica Brasileira, por distintos modos, ritmos e intensidades, também vem se colocando na rota dos movimentos em defesa da internacionalização, seguindo rastros de processos bem mais consolidados que ocorrem na Educação Superior.

No conjunto das estratégias que vem marcando os processos de intensificação dos movimentos de internacionalização da Educação Superior, várias delas, considerando-se, obviamente, suas especificidades, mostram-se presentes também nos contextos da Educação Básica como é o caso da mobilidade estudantil, carro chefe dos movimentos de internacionalização na Educação Superior e que já se apresenta como tendência no Ensino Médio, seja por meio do apoio de programas oficiais na forma de intercâmbios ou por iniciativa das próprias famílias em alternativas individuais distintas.

Seguindo racionalidades similares às adequações feitas nos cursos em nível de Educação Superior, sistemas de ensino e escolas, especialmente de Ensino Médio, ajustam arquiteturas curriculares para atender expectativas da internacionalização. Exemplos evidentes são a proposição

da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a reforma do Ensino Médio, ambas inspiradas nos modelos de países que possuem a internacionalização como pauta educacional. Nesse contexto, ficam valorizados o ensino de línguas estrangeiras - requerimento para aquisição de competências lingüísticas, a flexibilização dos percursos de formação associada a lógica da centralização curricular e a qualidade passa a ser mensurada exclusivamente por avaliação externa, um mecanismo que se institucionaliza também nesse nível de ensino.

Questão importante a ser colocada para debate em vista deste cenário é se o Brasil, dadas as atuais condições de acesso, permanência e qualidade social na Educação Básica, deve mobilizar estratégias educativas para ajustar-se ao jogo dos interesses internacionais, cujas regras e propósitos pouco têm a ver com as expectativas da grande maioria da população, ou se deve aprofundar ações que superem do histórico atraso educacional com vistas a atender, com prioridade, os anseios da sociedade brasileira. Quem sabe tem-se aqui um mote para aprofundamento do trabalho analítico, exercício que o presente texto, pelas limitações de sua extensão, não consegue dar conta.

Referências

- Aguiar, A. M. S. (2007). *O recurso às escolas internacionais como estratégia educativa de famílias socialmente favorecidas*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação/UFMG, Belo Horizonte.
- Aguiar, A. M. S. (2008). Quando a melhor escola é internacional: famílias brasileiras em busca de internacionalização “in loco”. In: *31ª Reunião da ANPED*, Caxambú/MG: UFMG.
- Aguiar, A. M.S. (2009). Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica. *Educação e Pesquisa*, 35(1), 67-79.
- Altbach, P. G. (2001, May). Why higher education is not a global commodity. *The Chronicle of Higher Education*. (47).
- Altbach, P. G. (2006). *Globalization and the university: Realities in an unequal world*. In: J. J. F. Forest & P. G. Altbach (Eds.), *International handbook of higher education* (pp. 121-140). Dordrecht: Springer.
- Amorim, M. A. (2012) Educação dos brasileiros e o estrangeiro: breve histórico da internacionalização dos estudos no Brasil. *Brasília: Journal for Brazilian Studies*, 1(1), 44-65.
- Bardin, L. (2009) *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, LDA.
- Beelen, J. (2006, October). Internationalising the school curriculum: International competences for teachers. Paper presented at the *31st Annual ATEE conference*. Disponível em: http://archive.atee1.org/conferences_and_seminars/9/31st_annual_atee_conference_2006_portoroz.html#algemeen. Acesso em 10.09.2017.
- Bezerra, M. G. D. (2012). *O processo de internacionalização da educação como fator estratégico de desenvolvimento institucional: Um olhar sobre as ações de internacionalização desenvolvidas em instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte na visão dos seus representantes*. (Dissertação de mestrado). Universidade Portiguar.
- Bianchetti, L., & Magalhães, A. M. (2015, Março). Declaração de Bolonha e internacionalização da educação superior: protagonismo dos reitores e autonomia universitária em questão. *Revista Avaliação*, Campinas/ Sorocaba, 20(1), 225-249.
- Brasil. (1996). *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 30.08.2017.
- Brasil. (1998). *Portaria MEC n. 438 de 28 de maio de 1998*. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf. Acesso em 29 de agosto de 2017.
- Brasil. (2007). *Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11502.htm. Acesso em 30.08.2017.

- Brasil. (2007). *Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em 10.09.2017.
- Brasil. (2017). *Formação de Professores da Educação Básica. Editais*. Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica>. Acesso em 06.08.2017.
- Brasil. (2001) *Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 03.09.2017.
- Brasil. (2017). *Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2016*. INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 01.09.2017.
- Brasil. (2017). *O Pisa e o Ibed*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-e-o-ideb>. Acesso em agosto 2017.
- Brasil. (2014). *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 02.09.2017.
- Brasil. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Ministério da Educação. (2017). Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2017.
- Brasil. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. (2013). Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 30.08.2017.
- Castro, A. M. D. A., & Cabral Neto, A. (2012). O ensino superior: A mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, 21, 69-96.
- Chaves, V. L. J. (2015). Internacionalização da educação superior: Uma análise dos programas ciências sem fronteiras e licenciaturas internacionais. In: *IV Seminário Nacional sobre Estado e Educação do ANDES-Sindicato Nacional*. Florianópolis.
- Cunha, M. I., & Reschke, M. J. D. (2016). Internacionalização da educação e mobilidade estudantil em questão. *38ª Reunião Regional Científica da ANPED – ANPEDSUL*, Curitiba.
- Dal-Soto, F., Souza, Y. S., & Alves, J. N. (2014) A produção científica sobre internacionalização do ensino superior: Uma meta-análise. In: *IX Simpósio Internacional de Administração e Marketing e X Congresso de Administração da ESPM*. São Paulo: Marketing, Estratégia e Inovação na Internacionalização das Empresas.
- Delmaestro, M. P. C. (2013). *Os desafios da internacionalização da educação profissional técnica: A experiência do IFES*. (Dissertação de mestrado). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Dudziak, E. A. (2010). Internacionalização dos cursos de biblioteconomia e ciência da informação: Tendências e desafios. In: *XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Rio de Janeiro.
- Feitosa, M. A. G. (2007). Implicações da internacionalização da educação para a formulação de currículos em Psicologia. *Temas em Psicologia*, 15(1), 91-103.
- Ferrari, M. (2015). A internacionalização dos Institutos Federais: Um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. *Educação e Sociedade*, 36(133), 1003-1019.
- Fiorin, J. L. (2007, Dezembro). Internacionalização da produção científica: A publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. *Revista Brasileira de Pós Graduação*, 4(8), 263-281.
- Knight, J. (1994). Internationalization: Elements and checkpoints. CBIE, Research. *Canadian Bureau for International Education*, 47.
- Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: Definition, approaches and rationales. *Journal of Studies in International Education*, 8(1), 5-31.

- Lage, T. S. R. (2015). *Políticas de internacionalização da educação superior na região norte do Brasil: Uma análise do programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Tocantins*. (Dissertação de Mestrado). UFT.
- Lauder, H. (2007). International schools, education and globalization: Towards a research agenda. In: M. Hayden, J. Levy, & J. Thompson (Eds.). *Handbook of research in international education*. London: Sage.
- Leal, F. G., & Moraes, M. S. B. (2016). Internacionalização curricular no contexto do Sul-global. *XVI Colóquio Internacional de Gestión Universtária - CIGU*. Peru: Arequipa. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171005/OK%20-%20103_00376.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 02.09.2017.
- Leask, B. (2009). Using formal and informal curricula to improve interactions between home and international students. *Journal of Studies in International Education*, 13(2), 205-221.
- Leask, B. (2015). *Internationalizing the curriculum*. New York: Routledge.
- Libâneo, J. C. (2012). Internacionalização das políticas educacionais e políticas para a escola: Elementos para uma análise pedagógico-política de orientações curriculares para o ensino fundamental. *XVI ENDIPE- Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino*, UNICAMP, Campinas.
- Libâneo, J. C. (2014). Internacionalização das políticas educacionais: Elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. In: M. A. Silva & C. D. Cunha, *Educação básica: Políticas, avanços e pendências*. Campinas: Autores Associados.
- Lima, M. C., & Contel, F. B. (2011) *Internacionalização da Educação Superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo, Alameda.
- Maués, O. C. (2015). A expansão e a internacionalização da educação superior. Florianópolis: 37^a *Reunião Nacional da ANPEd*, UFSC.
- Moreira, L. A., & Petrucci-Rosa, M. I. (2015). Política pública de formação de professores de matemática na perspectiva da internacionalização: Em foco o programa de licenciaturas internacionais. *V Seminário Interno do PPG*, Faculdade de Educação, UNICAMP.
- Morosini, M. (2006). Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas. *Revista Educar*, 28, 107-124.
- Morosini, M. C. (2011). Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: Cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 27(1), 93-112.
- Morosini, M. C. (2014). Internacionalização da educação superior: perspectivas atuais. *Revista Eventos Pedagógicos*, 5(3), 170 -179.
- Morosini, M. C. (2014). Qualidade da educação superior e contextos emergentes. *Revista Avaliação*, 19(2), 385-405.
- Moura, S. (2017). *Educação bilíngue no Brasil: Plurilinguismo, interculturalidade e educação no Brasil*. [Blog, Educação Bilíngue no Brasil]. Disponível em: <https://educacaobilingue.com/info/>. Acesso em 15.09.2017.
- Nascimento, M. E. M. N., & Castro, A. M. D. A. (2016). Internacionalização em cursos de graduação: A formação de professores e o Programa de Licenciaturas Internacionais. *Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR.*, UEM, Maringá.
- Nogueira, M. A. (1998). Uma dose de Europa e Estados unidos para cada filho: Estratégias familiares de internacionalização dos estudos. *Pro-Posições*. Campinas, 9(1), 113-131.
- Nogueira, M. A. (2014). Viagens de estudo ao exterior: Aas experiências de filhos de empresários. In: A. M. F. Almeida et al. (Orgs). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Unicamp.

- Nogueira, M. A., Aguiar, A. M. S. & Ramos, V. C. C. (2008). Fronteiras desafiadas: A internacionalização das experiências escolares. *Educação e Sociedade*, Campinas, 29(103), 355-376.
- Oliveira, J. S. (2015). *A internacionalização da educação superior nas relações internacionais do Brasil: O caso do programa ciência sem fronteiras*. UnB: Instituto de Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.
- Prazeres, V. A. (2015). Internacionalização da Educação Superior: Estratégia para a legitimação da divisão social e econômica do saber? *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*. UFMA: São Luiz do Maranhão.
- Raby, R. L. (2007). Internationalizing the curriculum: On-and off-campus strategies. *New Directions For Community Colleges*, 138(Summer).
- Santin, D. M., Vanz, S. A. S., & Stumpf, I. R. C. (2016, Janeiro-Abril). Internacionalização da produção científica brasileira: Políticas, estratégias e medidas de avaliação. *Revista Brasileira de Pós Graduação*, Brasília, 13(30), 81-100.
- Schutz, R. (2014). *Escolas internacionais no Brasil, list of international k-12 schools in Brazil*. [Blog post]. Disponível em: <http://www.sk.com.br/sk-intsch.html>. Acesso em 12.09.2017.
- Silva Jr, J. R., Lucena, C. & Ferreira, L. R. (2011, Julho-Setembro). As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: Profissionalização e privatização. *Educação e Sociedade*, Campinas, 32(116), 839-856.
- Silva, K. C. P. (2014). A educação como ponte estratégica Brasil – África: Internacionalização da Educação Superior pública nos governos Lula e Dilma (2003–2014). *Seminário Internacional de Educação Superior: Formação e conhecimento*. Sorocaba.
- Souza, M. G. (2016). *O Processo de internacionalização promovido pela Capes na formação de professores da Educação Básica*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, URGs.
- Souza, N. C., & Palafox, G. H. M. (2016). Análise do Programa de Licenciatura Internacional (PLI) no contexto da Internacionalização da educação superior. Tubarão: Unisul, *Revista Poiésis*, 10(18), 417-430.
- Morosini, M. C., & Corte, G. D. (2018). Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. *Revista Educação em Questão*, Natal, 56(47), 97-120.
- Stallivieri, L. (2004). *Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras*. Caxias do Sul: EducS.
- Sudbrack, E. M., & Negro A. (2016). Internacionalização e Educação: Impactos nas políticas educacionais. RP3 - *Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, 7, 44-57.
- Tavares, M., Rubin-Oliveria, M., & Pezarico, G. (2016). Internacionalização da educação superior: Perspectivas de expansão na UTFPR. Maringá: UEM, *Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR*.
- Teixeira, L. A., & Oliveira, E. A. A. Q. (2012). Aplicação dos procedimentos internacionais do processo de Bolonha: Um estudo de caso. *The 4th International Congress on University-Industry Cooperation*. SP: Taubate.
- Thiesen, J. S. (2017). Internacionalização dos currículos na Educação Básica: Concepções e contextos. São Paulo: *Revista e-Curriculum*, 15(4), 991-1017.
- Trigo, M. H. B. (1998). Habitus, campo, estratégia: Uma leitura de Bourdieu. *Cadernos CERU*, 2(9).
- Vicentin, T. (2015, Abril). International baccalaureate: O diploma mundial do Ensino Médio. *Gate*. Disponível em: <https://www.gatebr.com/pt/international-baccalaureate-o-diploma-mundial-do-ensino-medio/>. Acesso em 03.09.2017.
- Wielewick, H. G., & Oliveira, M. R. (2010). Internacionalização da educação superior: Processo de Bolonha. *Ensaio: Avaliação em Política Pública*. Rio de Janeiro, 18(67), 215-234.

Sobre o Autor

Juares da Silva Thiesen

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

juares.thiesen@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9299-4441>

Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Líder do grupo de pesquisa ITINERA.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 27 Número 58

27 de maio 2019

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, QUALIS A1 (Brasil), SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China).

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de
Pernambuco Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de
Fora, Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin** (Universidad de San Andrés), **Maria Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner

Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-

CINVESTAV, México

Pedro Flores Crespo

Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,

Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra

Universidad de Granada, España

Mónica Pini

Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé,

Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro
San Diego State University

Gary Anderson
New York University

Michael W. Apple
University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale
University of Toronto, Canada
Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner
Arizona State University
Henry Braun Boston College

Casey Cobb
University of Connecticut

Arnold Danzig
San Jose State University

Linda Darling-Hammond
Stanford University

Elizabeth H. DeBray
University of Georgia

David E. DeMatthews
University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center
for Education Research & Policy

John Diamond
University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo
Albert Shanker Institute

Sherman Dorn
Arizona State University

Michael J. Dumas
University of California, Berkeley

Kathy Escamilla
University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion
University of the Negev

Melissa Lynn Freeman
Adams State College

Rachael Gabriel
University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University
of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass
Arizona State University

Ronald Glass University of
California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross
University of Louisville
Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California
State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt
University of North Carolina
Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland
Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester
Indiana University

Amanda E. Lewis University of
Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana
University

Christopher Lubienski Indiana
University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis
University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses
University of Colorado, Boulder

Julianne Moss
Deakin University, Australia

Sharon Nichols
University of Texas, San Antonio

Eric Parsons
University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton
University of Kentucky

Susan L. Robertson
Bristol University

Gloria M. Rodriguez
University of California, Davis

R. Anthony Rolfe
University of Houston

A. G. Rud
Washington State University

Patricia Sánchez University of
University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of
California, Berkeley

Jack Schneider University of
Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist
University of Maryland

Benjamin Superfine
University of Illinois, Chicago

Adai Tefera
Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres
Michigan State University

Tina Trujillo
University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller
University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol
University of Connecticut

John Weathers University of
Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner
University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley
Center for Applied Linguistics

John Willinsky
Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth
University of South Florida

Kyo Yamashiro
Claremont Graduate University

Miri Yemini
Tel Aviv University, Israel